

Emílio Rui Vilar

Fundação Calouste Gulbenkian

Um olhar sobre o modelo da União Europeia¹

The European Communities were launched within a specific historic and political context. Their central aim was to overcome the nightmare of World War II and consolidate peace; to rebuild countries devastated by the conflict; to prepare the former colonial powers for decolonization; to face the threats of communist subversion and the military threat of the Soviet Union.

With its major founding objectives now successfully achieved, are the European institutions prepared to deal with new and different challenges?

Given the deep economic, geopolitical, and military changes of the ecosystem in which these institutions were developed, does the European Union maintain the strength that will allow it to address its own weaknesses and respond to an adverse environment?

Will the answers to these questions lie in the political voluntarism of its leaders, in the collective effort of democratic participation by European citizens, or will reinvention arise from necessity and crisis?

Keywords: European Union, World War II, decolonization, Soviet Union, crisis, the future of Europe

*A Europa jaz, posta nos cotovelos:
De Oriente a Ocidente jaz, fitando [...].
Fita, com olhar esfíngico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.
Fernando Pessoa, Mensagem, 1934*

¹ Este artigo foi originalmente apresentado em conferência com o apoio de um *power point*. O texto padece da falta das imagens e do reflexo da oralidade.

Já foi dito de várias formas, mas vale a pena repetir que por si mesma a imaginação estabelece o seu próprio prazo de validade, e por essa razão o futuro só consegue ser amável até onde a nossa vista alcança.
Lídia Jorge, *Contrato Sentimental*, 2009

1. Perante o turbilhão da espuma dos dias não é tarefa fácil reflectir serena e desapassionadamente sobre o modelo europeu.

Factos novos, ou velhos mascarados de novos, correntes poderosas mas ainda submersas e conflitos localizados enchem os noticiários. E assiste-se à aceitação resignada das ameaças ou insultos à inteligência como se fossem banalidades.

Quando o conhecimento disponível e as tecnologias que ele torna viáveis nos poderiam assegurar tempos melhores, renascem velhos demónios e as lideranças parecem preferir não ver, como se a ignorância ou a negação afastassem os males.

A história não se repete e não estamos nos anos trinta, mas aprender com os erros do passado é um imperativo para quem considera a dignidade da pessoa humana como uma prioridade da vida colectiva e um valor essencial na construção do futuro.

A Europa é mais ou menos como o tempo para Santo Agostinho: sabemos muito bem o que é excepto quando nos pedem para o transformar em discurso.

Não parece certa a origem geralmente atribuída ao nome. Se nos ativermos ao rigor da investigação da Professora Maria Helena da Rocha Pereira, não poderemos ficar a rever o *Rapto de Europa* de Ticiano ou de Rembrandt.

Continuaremos sem saber, com Heródoto (4.45):

Quanto à Europa, ninguém entre os homens sabe se é toda banhada pelo mar, nem de onde se tirou o seu nome.

Seria uma investigação interessante, mas o que proponho é um olhar sobre o modelo da União Europeia e das Comunidades que a antecederam, porque é a instituição mais relevante e mais original, como construção político-jurídica, com quase setenta anos de existência.

A união dos países europeus é uma ideia antiga (Erasmus, Voltaire, Montesquieu, Jean-Jaques Rousseau, Goethe ou Victor Hugo). Mas foram as circunstâncias devastadoras da II Guerra Mundial e a visão de alguns líderes notáveis que conduziram à criação de instituições supranacionais (e assim inovadoras em termos do direito internacional comum), que gradualmente se desenvolveram e consolidaram, alargando as respectivas competências e o âmbito geográfico.

2. As Comunidades Europeias tiveram, na sua origem, razões histórico-políticas muito concretas: ultrapassar o pesadelo da II Guerra.

Quem tenha lido as *Lettres à un ami allemand*, que Albert Camus escreveu para a *Revue Libre*, durante a Resistência, terá compreendido que a humilhação dos vencidos de 1918, o Tratado de Versailles, não se repetiria, e que algo de novo e inovador surgiria para consolidar a paz:

[...]

Cela me pousse à dire que votre Europe n'est pas la bonne. Elle n'a rien pour réunir ou enfiévrer. La nôtre est une aventure commune que nous continuerons de faire, malgré vous, dans le vent de l'intelligence.

Il m'arrive quelquefois, au détour d'une rue, dans ces courts répités que laissent les longues heures de la lutte commune, de penser à tous ces lieux d'Europe que je connais bien. C'est une terre magnifique faite de peine et d'histoire. Je recommence ces pèlerinages que j'ai faits avec tous les hommes d'Occident: les roses dans les cloîtres de Florence, les bulbes dorés de Cracovie, le Hradschin et ses palais morts, les statues contorsionnées du pont Charles sur l'Ultava, les jardins délicats de Salzbourg. Toutes ces fleurs et ces pierres, ces collines et ces paysages où le temps des hommes et le temps du monde ont mêlé les vieux arbres et les monuments! Mon souvenir a fondu ces images superposées pour en faire un seul visage qui est celui de ma plus grande patrie.

[...]

Ou o apelo de Churchill, na Universidade de Zurique, a 19 de Setembro de 1946, para a constituição dos Estados Unidos da Europa:

[...]

I am now going to say something that will astonish you. The first step in the re-creation of the European family must be a partnership between France and Germany. In this way only can France recover the moral and cultural leadership of Europe. There can be no revival of Europe without a spiritually great France and a spiritually great Germany. The structure of the United States of Europe will be such as to make the material strength of a single State less important. Small nations will count as much as large ones and gain their honour by a contribution to the common cause. The ancient States and principalities of Germany, freely joined for mutual convenience in a federal system, might take their individual places among the United States of Europe.

[...]

In this urgent work France and Germany must take the lead together. Great Britain, the British Commonwealth of Nations, mighty America — and, I trust, Soviet Russia, for then indeed all would be well — must be the friends and sponsors of the new Europe and must champion its right to live. Therefore I say to you “Let Europe arise!”

E a Declaração de Robert Schuman, a 9 de Maio de 1950, quando propôs a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), de que saliento:

La paix mondiale ne saurait être sauvegardée sans des efforts créateurs à la mesure des dangers qui la menacent.

La contribution qu’une Europe organisée et vivante peut apporter à la civilisation est indispensable au maintien des relations pacifiques. En se faisant depuis plus de vingt ans le champion d’une Europe unie, la France a toujours eu pour objet essentiel de servir la paix. L’Europe n’a pas été faite, nous avons eu la guerre.

L’Europe ne se fera pas d’un coup, ni dans une construction d’ensemble : elle se fera par des réalisations concrètes créant d’abord une solidarité de fait. Le rassemblement des nations européennes exige que l’opposition séculaire de la France et de l’Allemagne soit éliminée. L’action entreprise doit toucher au premier chef la France et l’Allemagne.

[...]

Le gouvernement français propose de placer l'ensemble de la production franco-allemande de charbon et d'acier sous une Haute Autorité commune, dans une organisation ouverte à la participation des autres pays d'Europe.

[...]

Cette production sera offerte à l'ensemble du monde sans distinction ni exclusion, pour contribuer au relèvement du niveau de vie et au développement des oeuvres de paix. L'Europe pourra, avec des moyens accrus, poursuivre la réalisation de l'une de ses tâches essentielles: le développement du continent africain.

[...]

Razões histórico-políticas muito concretas: (i) ultrapassar o pesadelo da II Guerra, consolidar a paz e reconstruir os países devastados pelo conflito; (ii) preparar os países europeus para a descolonização, que já se adivinhava; e (iii) enfrentar as ameaças da subversão comunista e o perigo militar da União Soviética, no que se convencionou designar de guerra fria.

A nível nacional, este quadro teve suporte nas forças políticas reformistas e moderadas que durante décadas viriam a ser dominantes: os partidos sociais-democratas e democratas-cristãos. E nas organizações sindicais e patronais dialogantes e razoavelmente alinhadas com os objectivos do estado social (o *welfare state*) que os grandes partidos protagonizavam.

Os herdeiros ou nostálgicos dos autoritarismos de direita como as “sucursais” políticas do marxismo-leninismo, em versão soviética, ficaram nas margens do espectro político e relativamente contidos no campo sindical.

As três ordens de razões invocadas foram-se cumprindo: a paz foi garantida, a reconciliação assumida na solidariedade, a reconstrução económica realizada com sucesso notável; a descolonização aconteceu; e, finalmente, com a implosão do império soviético entre Novembro de 1989 (queda do muro de Berlim) e Dezembro de 1991 (dissolução da União Soviética) desapareceu o perigo a leste.

Operou-se uma mudança profunda e rápida: a reunificação da Alemanha (*Deutsche Wiedervereinigung*); a entrada na União Europeia da maioria dos países do leste que tinham sido membros do Pacto de

Varsóvia; a adesão à NATO das novas democracias. Apenas ocorreram convulsões em zonas problemáticas específicas, como foi o caso dos Balcãs.

Todos nos recordamos como o debate aprofundamento *versus* alargamento da União Europeia foi rapidamente ultrapassado pela implacável força dos factos consumados.

Tudo foi rápido e aparentemente simples e natural como se a teoria de Francis Fukuyama fosse afinal verdade: consagrava-se a hegemonia da democracia representativa, na política, e do mercado, na economia. Na ordem internacional, sucedia à guerra fria um mundo unipolar tendo os Estados Unidos como potência garante.

Mas todos sabemos que esta *pax americana* foi breve e tragicamente interrompida pela emergência de uma conflitualidade cultural e religiosa a 11 de Setembro de 2001. Sucederam-se as guerras regionais no Afeganistão e no Iraque com consequências que ainda hoje persistem.

Mas a questão que importa colocar agora na nossa reflexão é esta: as Comunidades Europeias e a sua sucessora União Europeia responderam com sucesso às três grandes ordens da sua razão de ser: a paz, a reconstrução e o desenvolvimento económico; a descolonização; e a contenção do comunismo. E depois?

Depois da implosão do império soviético, a União Europeia respondeu com um processo rápido de integração dos países bálticos e do centro e leste europeu que tinham estado na órbita da URSS.

É um inegável sucesso político mas o alargamento constituiu um salto, não apenas na dimensão geográfica, mas também na heterogeneidade sociocultural e na maior complexidade do funcionamento das instituições.

A evidência destas dificuldades acrescidas acentuou a já referida controvérsia “aprofundamento *versus* alargamento” e a necessidade de reforçar as instituições e tornar mais eficaz o seu funcionamento (que já se tinha traduzido na dificuldade de consenso no Tratado de Nice, 2001). Factos que conduziram à tentativa de mais um salto em frente: o de avançar para um texto constitucional.

Depois de longas negociações, “O Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa” foi assinado no dia 29 de Outubro de 2004,

em Roma, mas não viria a ser ratificado depois de ter recebido dois “não” nos referendos da França e da Holanda.

Basta recordar a enorme controvérsia à volta de um parágrafo do preâmbulo:

Inspirando-se no património cultural, religioso e humanista da Europa, de que emanaram os valores universais que são os direitos invioláveis e inalienáveis da pessoa humana, bem como a liberdade, a democracia, a igualdade e o Estado de Direito.

Já depois do alargamento, as preocupações com o futuro da União Europeia levaram à criação, em Dezembro de 2007, de um Grupo de Reflexão Independente, liderado por Filipe Gonzalez e tendo como vice-presidentes a ex-presidente da Letónia, Vaira Vīķe-Freiberga, e Jorma Ollila, ex-presidente da multinacional NOKIA, que deveria “identificar as questões e os desenvolvimentos cruciais” com que a União se deparará e analisar a melhor resposta “para ajudar a União a antecipar e a responder de forma mais eficaz aos desafios de longo prazo [...] e analisar a estabilidade e prosperidade da União”. Na altura, um tema preocupava de sobremaneira: as negociações com a Turquia e, por isso, a definição das fronteiras externas da União, tema que também fazia parte do mandato do Grupo de Reflexão.

Porém, quando o relatório “Projecto Europa 2030 – Desafios e Oportunidades” foi entregue (2010), estávamos em plena crise financeira e as prioridades concentradas nas questões de curto prazo.

Atingidos os grandes desígnios fundadores, estava (está) a instituição preparada para enfrentar todo um conjunto de novos desafios tanto internos como externos?

Deixo ficar esta primeira pergunta.

3. A segunda reflexão que proponho diz respeito aos ecossistemas em que surgiram e se desenvolveram as Comunidades.

As Comunidades contribuíram para a reestruturação das economias dos países membros a partir de uma ideia simples: o mercado comum, baseado numa união aduaneira (*Zollverein*) que tinha sido experimentada com sucesso por Bismark na primeira reunificação

alemã. Sucesso inequívoco com o crescimento económico a favorecer a evolução do mercado comum: mercado interno, em 1992, e moeda única, em 1999.

Os Estados-membros também encontraram na Convenção de Yaoundé (e nas que lhe sucederam) uma plataforma eficiente para as relações económicas com as ex-colónias para além das soluções que, a nível bilateral, cada um foi estabelecendo com os novos países.

A questão maior foi a da defesa, estando a Europa na linha da frente do confronto entre as duas superpotências. Nunca foram bem recebidas as tentativas de organizar um sistema de defesa unicamente europeu. A Comunidade Europeia de Defesa (Tratado de Paris, 1950) não logrou ver a luz do dia, e a União da Europa Ocidental foi firmada (1954) pelos Estados-membros da NATO e da União Europeia (excepto a Dinamarca), mas acabou por ser dissolvida em 2011, depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Tratado de Bruxelas, 1948) e a permanência de importantes efectivos militares americanos na Europa foram o grande garante da segurança para as Comunidades.

Ora, acontece que este ecossistema está a ser posto em causa.

Primeiro, no plano económico. As ideias neoliberais de meados dos anos 80, reforçadas pelo fim do império soviético e apoiadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação, favoreceram o processo de globalização nas trocas comerciais e nos movimentos de capitais, tal como se assistiu à emergência de novos *players* de grande dimensão (China, Índia).

Sinal visível da alteração do ecossistema é também, aquando da crise de 2008, a União Europeia ter ido buscar apoio do Fundo Monetário Internacional para, juntamente com o BCE, fazer parte do sistema de apoio aos países com problemas na dívida soberana, o sistema que ficou conhecido como “Troika”.

Depois, a leste, a Rússia reinventa-se na sua tradição hegemónica, quer reerguer-se como potência regional e renovou a sua influência em áreas onde a tinha perdido pela atractividade da União Europeia. Anexou a Crimeia e ocupa o leste russófilo da Ucrânia e parte da Geórgia. Aproveitando o conflito na Síria, aproximou-se da Turquia. Mantém um diálogo errático com a União Europeia e um relacionamento ambíguo

com a NATO. Para não referir a enorme dependência de vários países, incluindo a Alemanha, do funcionamento de gás natural russo.

Será interessante – e preocupante – analisar com maior profundidade quais os objectivos reais da China em relação à União Europeia, no jogo primordial de confrontação com os Estados Unidos. Não são inocentes ou meras operações financeiras os investimentos chineses em países europeus, a começar em Portugal.

Por seu turno, os Estados Unidos desinvestiram na NATO e pedem maior contribuição dos Estados Europeus para a organização que eles mesmos implicaram em tantas operações fora do quadro original, como foi o caso do Afeganistão.

O abandono do multilateralismo nas relações internacionais, num mundo multipolar como o actual, constitui um risco acrescido para a União Europeia. Como escrevia há tempos Miguel Monjardino (*Expresso*, 24 de Agosto de 2019): “O problema europeu é que, por razões muito diferentes, Washington, Moscovo e Pequim, estão interessados numa ordem internacional diferente da nossa. Assim, poderá a comunidade euro-atlântica sobreviver na próxima década? Provavelmente não.”

O flanco sul/sudeste da União Europeia é palco de multiconflitos, com Estados em ruptura, fonte e/ou passadores de fortes correntes migratórias dirigidas à Europa, por razões económicas ou políticas (refugiados).

Finalmente, a eventual saída do Reino Unido e o seu maior alinhamento com os Estados Unidos, além das consequências económicas, retirará à União Europeia, o país com mais capacidade militar e um dos dois únicos detentores de armas atómicas.

Segunda questão: tem a União Europeia condições para operar com êxito perante estas profundas mudanças no seu ecossistema?

Forças armadas reduzidas, menos apetrechadas, tecnologicamente menos evoluídas e praticamente sem coordenação supranacional.

Influência internacional reduzida ao uso do seu *soft power*, com um alto-representante para as relações exteriores sem peso determinante face aos MNE's dos maiores países.

Falta de consenso quanto à pressão migratória e soluções de evidente fraqueza, como o apoio financeiro à Turquia para reter no seu território refugiados que almejavam chegar à Europa.

Aqui e além surgem os sinais de nostalgia das identidades e movimentos nacionalistas e populistas.

Pode a União Europeia sobreviver apoiada apenas na sua dimensão económica?

É a economia suficiente factor de coesão?

A União Europeia mantém uma posição invejável em termos económicos, sendo uma das maiores economias do mundo com um PIB de 15 300 mil milhões de euros, embora represente apenas 6,9 % da população mundial. No comércio internacional ocupa o segundo lugar tanto nas importações (primeiro USA) como nas exportações (primeiro China).

O Euro é a segunda maior moeda de reserva no mundo.

Mas a palavra crise (ou crises) aparece com demasiada insistência.

4. Historicamente, a construção europeia viveu desde o início numa tensão permanente entre a visão ambiciosa dos pais fundadores e o gradualismo dos avanços concretos. E o resultado foi sempre um compromisso.

Primeiro entre duas correntes: a federalista e a soberanista. A primeira que ambiciona transformar a Europa num verdadeiro estado-federal, tendo no Parlamento europeu a sede e a fonte do poder e vendo a solução de todos os problemas em “mais Europa”. A segunda, que prefere manter (e reforçar) os poderes do Conselho Europeu, onde a centralidade cabe aos chefes de Estado e do Governo.

A originalidade e a resiliência da fórmula europeia estão na bissectriz destas duas forças, com a arquitectura que conhecemos.

O Parlamento exerce, em conjunto com o Conselho, a função legislativa e a função orçamental mediante propostas da Comissão (propostas que o Conselho só pode alterar por unanimidade).

O Conselho é a instituição que representa os Governos e cuja presidência é assumida rotativamente pelos Estados-membros.

A Comissão Europeia promove o interesse geral da União, é a guardiã dos Tratados e vela pela sua aplicação e exerce a função executiva.

O Conselho Europeu tem “apenas” o poder de dar à União os “impulsos necessários ao seu desenvolvimento e definir as suas orientações e prioridades políticas gerais”. Está-lhe vedado o

exercício da função legislativa, mas é a voz mais poderosa e assim tem sido considerado como sinal da tendência governamentalizadora desta arquitectura, também designada de “intergovernamentalismo deliberativo” (*apud* Nuno Piçarra).

O Conselho Europeu tem especiais poderes: (i) na nomeação do Presidente da Comissão, do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e dos Presidente, Vice-Presidente e vogais executivos do BCE; (ii) no domínio da política externa e de segurança comum; (iii) na revisão dos Tratados; (iv) na adesão de novos membros ou no abandono da EU; (v) quanto ao espaço de liberdade, segurança e justiça; (vi) quanto à coordenação das políticas económicas dos Estados-membros; e (vii) quanto à avaliação da situação de emprego.

O Tribunal de Justiça, dentro da tradição da separação de poderes, tem a competência para garantir o respeito do direito na interpretação e aplicação dos Tratados, fiscalizando os actos das restantes instituições e os actos dos Estados que relevam da aplicação do direito da União. Direito da União que prevalece sobre o direito dos Estados-membros (Declaração sobre o primado do direito comunitário anexa à Acta Final da Conferência Intergovernamental que aprovou o Tratado de Lisboa).

Esta arquitectura é completada pelo Banco Central Europeu, responsável pela moeda única e pelo Tribunal de Contas.

Os Comitês (Económico e Social e das Regiões) são órgãos consultivos.

O Banco Central Europeu ao absorver o direito soberano da emissão de moeda é expressão da tendência federalista, enquanto as políticas fiscais dos Estados-membros e a magreza do orçamento comunitário, correspondendo a apenas 1 % dos PIB dos Estados-membros (apesar de sinais recentes no sentido do seu reforço) reflectem a corrente oposta à “mais Europa”.

Outro ponto de tensão no interior da União Europeia diz respeito ao processo de formação da vontade política. Em princípio, a articulação entre as várias instituições no seu modo de funcionamento é feita por aquilo que ao longo do tempo se chamou de “método comunitário”. As instituições estão vinculadas a actuar dentro dos limites das atribuições que lhes são conferidas pelos Tratados, “de acordo com os procedimentos, condições e finalidades que estes estabelecem”, mantendo “entre si uma cooperação leal”.

Em contraponto a este método, surge o modo governamental ou intergovernamental que revela o que poderíamos chamar de pulsão soberanista e que considera ter saído reforçado desde o Tratado de Maastricht, e, sobretudo, depois do Tratado de Lisboa, com a relevância cada vez maior do Conselho Europeu.

Exemplos também de prevalência do método intergovernamental são os casos das cooperações reforçadas (art.º 20.º do TUE) e, no domínio económico e financeiro, o Tratado Orçamental (“Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária”, de seu nome completo). Vários instrumentos criados a seguir à crise financeira (2007-2014) como o Mecanismo Europeu de Estabilidade, a Supervisão Bancária Unificada e o Fundo Unificado de Resolução são também exemplos de intergovernamentalidade.

Finalmente, no plano da ideologia política dominante, a União experimenta nos anos mais recentes – situação agravada pelas soluções austeritárias que foram adoptadas na crise 2007-2014 – uma tensão entre o modelo inicial, com o centralismo do chamado modelo social europeu, e as ideias neoliberais.

5. Deixámos no ar duas questões:

1.^a Cumpridos os objectivos da sua criação tem a União Europeia as virtualidades da sua refundação?

2.^a Alterado profundamente o ecossistema, tem a União Europeia as forças que lhe permitam enfrentar um ambiente adverso? Possui as capacidades para colmatar fragilidades e fraquezas e para responder a novos desafios?

O voluntarismo político, de que Jacques Delors foi um expoente, terá tendência a responder positivamente. O que foi cumprido nestes sessenta anos é tão grandioso e, para as gerações mais novas, tão natural e adquirido que pô-lo em causa é razão de pânico e vazio.

Também, apesar das várias tensões interiores, foi possível, entre ambição e compromisso, avançar e construir esta “aliança livremente consentida de Estados vizinhos de regime democrático partilhando uma

base de interesses comuns e tendo delegado voluntariamente certos atributos da soberania nacional para promover em comum os seus interesses e os seus valores” (Michel Foucher in *Regards sur l’Europe*, 2019).

Aliança que constituiu, indiscutivelmente a nível mundial, um centro de poder económico, científico, tecnológico, cultural e normativo.

Mas não é um Estado e, portanto, o seu futuro (como tarefa inacabada que também é) depende da efectiva vontade dos europeus de reforçar consensos, agir em comum e manter a coesão que sustenta a soberania partilhada da União, vencendo a indiferença e as derivas egoístas.

6. Em Dezembro de 2018, uma centena de intelectuais e responsáveis políticos europeus (onde se inclui o autor de *Le capital au XXI^e siècle*, Thomas Piketty) lançou o “Manifeste pour la Democratization de l’Europe”, onde se propõe um tratado para a democratização “para dar aos cidadãos os meios para reduzir as desigualdades e pôr em vigor uma verdadeira justiça social, fiscal e ambiental na Europa” e um novo orçamento europeu que atinja 4 % do PIB (actualmente 1 %).

A European Cultural Foundation (ECF) realizou recentemente um conjunto de iniciativas para tentar compreender melhor os desafios que a Europa enfrenta (*What can Culture do? European Tour 2019. Summary of Insights, 2019*). Eis uma síntese:

- The return of nationalism
- The threat of polarization and disintegration
- The European model is internationally challenged
- Democracy is challenged
- The lack of European public space
- Europe lost its story. Europe lost its cool
- Lost for language
- Global Challenges (Climate change, digitalization...)
- Leadership crises

A estes desafios poderíamos acrescentar outros temas negligenciados e que contribuem para a *malaise* europeia:

- A cidadania europeia (“A cidadania da União acresce à cidadania nacional e não a substitui”, art.º 9.º);

- A pobreza constitui, além do problema humano, um problema cívico e político: 22,4 % dos cidadãos da União Europeia são pobres ou estão em risco de exclusão social e 9 % têm emprego mas continuam pobres;
- A garantia do pluralismo dos *media* e a regulação das redes sociais.

Ou somar os termos “apocalípticos” da entrevista do Presidente Macron ao último *The Economist* (9th November 2019).

Com maior ou menor sublinhado, da envolvente externa às questões intra-europeias, há um vasto denominador comum na avaliação dos múltiplos e complexos desafios que se colocam ao futuro da Europa.

Quais são as respostas/propostas da nova Comissão Europeia?

Ursula von der Leyen apresentou as suas *political guidelines* para a Comissão Europeia (“A Union that strives for more – My agenda for Europe”):

- A European Green Deal
- An economy that works for people
- A Europe fit for the digital age
- Protecting our European way of life
- A stronger Europe in the world
- A new push for European democracy

Como recorda a ECF, a União Europeia foi a utopia dos anos 50. Agora, uma vez realizada a utopia dos pais fundadores, com cooperação, partilha e solidariedade, qual é a nossa visão do futuro?

Surgirá um novo desígnio mobilizador ou teremos de dar (uma vez mais!) razão a Jean Monnet:

Comme toujours, la sagesse et les réformes n’intervinrent qu’au terme de grandes difficultés. Des mesures si simples, prises plus tôt, eussent-elles évité la grande crise? Poser cette question, c’est ignorer que les hommes n’acceptent le changement que dans la nécessité et ils ne voient la nécessité que dans la crise.

Lisboa, 14 de Novembro de 2019